

Painel de Estatísticas do monitorará mais sobre infância e juventude

Uma recente atualização das Tabelas Processuais Unificadas (TPUs) da Justiça trouxe novos movimentos e assuntos referente a adolescentes. Pelo menos 60 alterações foram feitas relacionados a crimes contra essa faixa etária, como Comunicação de Desaparecimento, Aliciamento e Assédio Sexual e Pornografia; além de protocolar novos mo

Nesse sentido, foram criados movimentos de concessão ou não, bem como procedimentos de medidas de proteção e do Adolescente. Foram registrados novos procedimentos que caracterizam alterações, mas no sistema de garantia de direitos do adolescente vítima ou testemunha de violência.

Destaca-se ainda a criação de novos movimentos processuais relacionados a medidas protetivas da Lei de Infância e Juventude, que passarão a ser usados para registro integral, parcial, revogação, concessão de medida protetiva e ocorrência de violência doméstica e familiar contra crianças ou adolescentes.

Dinâmica quantitativa do Poder Judiciário

Criadas para padronizar a classificação, as movimentações do Poder Judiciário também permitem a compilação de dados estatísticos para identificação de processos e servindo de base para garantir a segurança de crianças e adolescentes. As Tabelas Processuais Unificadas são feitas periodicamente pelos órgãos do Poder Judiciário, por meio do Sistema Elet

Além de auxiliar na obtenção de uma prestação jurisdicional, as TPUs gera ganhos na transparência e no acesso à informação, subsidiando a construção e leitura de ferramentas do Poder Judiciário.





Um dos exemplos mais recentes é o Painel de Estatísticas do Poder Judiciário, o mais atualizado e a principal das estatísticas oficiais da Justiça brasileira. A plataforma é desenvolvida pelo Conselho Nacional de Estatísticas do Poder Judiciário, com informações produzidas pelo Poder Judiciário (DataJud). A ferramenta permite consultas e análises de processos judiciais. Por meio de filtros e segmentações, é possível analisar processos novos, pendentes e conclusos, por ano, por região, por juiz julgador.

Origem

Implementadas em 2007, as tabelas processuais unificadas buscaram a uniformização taxonômica e terminológica de classes, visando a padronização processuais aplicáveis a todos os órgãos do Poder Judiciário e respectivos sistemas processuais.

Em prosseguimento a esse objetivo, há 15 anos, o CNJ aprovou a regulamentação do Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário, que auxilia na coleta de informações padronizadas, confiáveis e atualizadas para análises de dados e avaliações de órgãos, unidades, processos e magistrados brasileiros.

A Resolução 761/S2009 do Conselho Nacional de Estatísticas do Poder Judiciário, e outras providências. A norma também deu origem a indicadores e relatórios que subsidiam a tomada de decisões no processo de planejamento e gestão das instituições do Judiciário. O ato normativo manteve em vigor o Decreto 2006, que tornou o Conselho Nacional de Estatísticas do Poder Judiciário uma assessoria de

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2024-dez-23/painel-de-estatisticas-d>